

**VOZES DA RUA: EXPRESSÕES DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO**  
VOICES FROM STREET: THE EXPRESSION ETHICAL-POLITICAL SUFFERING  
VOCES DE LA CALLE: EXPRESIONES DEL SUFRIMIENTO ÉTICO-POLÍTICO

**Karina dos Passos Mariano<sup>1</sup>**  
**Victor Emanuel Ferreira Rodrigues<sup>2</sup>**  
**Lucimaira Cabreira dos Santos<sup>3</sup>**

**RESUMO:** As pessoas em situação de rua sofrem constantemente com preconceitos, hostilidades, marginalização e estigmas impostos pela sociedade no geral. Tais situações contribuem para um sofrimento que está além do campo emocional, estando relacionado ao campo social, econômico e político. Tais experiências podem ser compreendidas a partir da perspectiva do conceito de sofrimento ético-político, a qual retira a autonomia do sujeito e o incapacita, além de deixar uma visão de que não há mudanças, a sua realidade é inalterável. Essa pesquisa teve como objetivo compreender como o sofrimento ético-político é experienciado no cotidiano pelas pessoas que estão em situação de rua. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo com um caráter qualitativo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas na Entidade Filantrópica O Bom Samaritano - Casa de Passagem, de Medianeira (PR). Após a coleta de dados para análise foi identificado duas categorias temáticas a partir da análise temática de Minayo (2012), sendo elas: (1) Experiência de vida na rua: sofrimento e desrespeito; (2) A rua como forma de expressão dos vínculos fragilizados. Diante disso, foi possível compreender que as pessoas em situação de rua são invisíveis à sociedade, consideradas como subalternizadas e escórias. O estudo surgiu para dar voz a quem não tem voz, colocando-os em destaque para que haja uma possibilidade de mudança nessa situação.

6117

**Palavras-chave:** Sofrimento ético-político. População em situação de rua. Estigma.

**ABSTRACT:** People experiencing homelessness constantly face prejudice, hostility, marginalization, and stigmas imposed by society as a whole. Such situations contribute to a form of suffering that goes beyond the emotional sphere, being related to social, economic, and political dimensions. These experiences can be understood through the lens of the concept of ethical-political suffering, which deprives the subject of autonomy and renders them incapacitated, fostering the perception that their reality is unchangeable. This study aimed to understand how ethical-political suffering is experienced in the daily lives of people living on the streets. To this end, qualitative field research was conducted. Data collection was carried out through semi-structured interviews at the philanthropic institution *O Bom Samaritano - Casa de Passagem*, located in Medianeira (PR), Brazil. Data analysis was based on Minayo's (2012) thematic analysis, which resulted in two thematic categories: (1) Life experience on the streets: suffering and disrespect; and (2) The street as an expression of weakened social bonds. The findings reveal that people experiencing homelessness are rendered invisible by society, viewed as subaltern and worthless. This study emerged to give voice to those who are voiceless, highlighting their experiences to foster possibilities for change in this situation.

**Keywords:** Ethical-political suffering. Homeless population. Stigma.

<sup>1</sup>Discente do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup>Discente do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup>Orientadora e Coordenadora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univel. Mestre em Biociência em Saúde pela Univeridade do Oeste do Paraná.

**RESUMEN:** Las personas en situación de calle sufren constantemente prejuicios, hostilidades, marginación y estigmas impuestos por la sociedad en general. Tales situaciones contribuyen a un sufrimiento que trasciende el ámbito emocional, estando relacionado con las dimensiones social, económica y política. Estas experiencias pueden comprenderse desde la perspectiva del concepto de sufrimiento ético-político, el cual priva al sujeto de su autonomía y lo incapacita, además de generar la percepción de que su realidad es inmutable. Esta investigación tuvo como objetivo comprender cómo el sufrimiento ético-político es experimentado cotidianamente por las personas en situación de calle. Para ello, se realizó una investigación de campo con enfoque cualitativo. La recolección de datos se llevó a cabo mediante entrevistas semiestructuradas en la entidad filantrópica *O Bom Samaritano - Casa de Passagem*, ubicada en Medianeira (PR), Brasil. El análisis de los datos se basó en el análisis temático de Minayo (2012), del cual surgieron dos categorías temáticas: (1) Experiencia de vida en la calle: sufrimiento y falta de respeto; y (2) La calle como forma de expresión de los vínculos fragilizados. Los resultados permitieron comprender que las personas en situación de calle son invisibilizadas por la sociedad, consideradas como subalternas y desechables. Este estudio surgió con el propósito de dar voz a quienes no la tienen, destacando sus experiencias para posibilitar un cambio en esta realidad.

**Palabras clave:** Sufrimiento ético-político. Personas en situación de calle. Estigma social.

## i. INTRODUÇÃO

O termo “morador de rua” foi construído historicamente, com implicações que remontam ao processo de sedentarização humana, quando o homem passou a se fixar em determinados territórios. Há também uma relação direta com o desenvolvimento dos centros urbanos, associado aos movimentos migratórios motivados pelo desemprego, por catástrofes naturais e pela migração de estrangeiros (Giacomelli, 2021).

Esse quadro foi intensificado na revolução industrial quando ocorreu o fim da transição entre o feudalismo e o capitalismo, e também a acumulação de capital. Nesse processo, as pessoas perderam a sua propriedade (antes vinculadas ao feudo) de uma forma repentina e começaram a vender a sua mão de obra nas indústrias que surgiam nas cidades, porém não eram todos que conseguiram se adaptar rapidamente à nova realidade ficando à margem daquela sociedade e tendo que sobreviver nas ruas (Klaumann, 2018).

Hodiernamente existem várias formas de nomear essa população, tendo em vista as diferentes perspectivas: social, econômica e política. O termo morador de rua dá lugar à expressão, “pessoas em situação de rua”. Visto que “moradores de rua” eram estereotipados com adjetivos negativos e vítimas de exclusão social por meio do preconceito devido à situação que vivenciam. Abarcando diversos fatores que levam as pessoas a se encontrar nessa situação, essa

mudança de nomenclatura evidencia uma nova visão que está preocupada em lutar pelos direitos desses sujeitos antes vistos como invisíveis (Gramajo *et al.*, 2023).

Muitos são os fatores que levam as pessoas a estarem em situação de rua, podendo estar relacionado a história de vida, a qual inclui situações familiares estando interligado em conflitos, carências afetivas e a falta de proteção, trabalho, saúde e consumo de substâncias psicoativas, além dessas possíveis causas deve-se levar em conta a falta de oportunidades, a educação, a violência e outras situações que contribuem para o ocasionamento de tal problemática (Filho e Ximenes, 2021).

A situação de rua é potencializada pelos estigmas e preconceitos que legitimam o sofrimento vivenciado pelas pessoas que apresentam essa condição. A sociedade, costumeiramente, tipifica essas pessoas com palavras pejorativas que ofendem e marginalizam essa população. Isso acarreta um distanciamento entre as pessoas em situação de rua e a população no geral que aumentam o desconhecimento, o desprezo, a hostilidade e até em atitudes agressivas e violentas. Por vezes, elas são impedidas de frequentar espaços públicos, mesmo possuindo os mesmos direitos (Brito e Silva, 2022).

O fenômeno de pessoas estarem em situação de rua não abrange somente o território brasileiro como também é uma problemática global. Borysow, Conill e Furtado (citado por Giacomelli, 2021) apontam que há um aumento gradativo no número de pessoas em situação de rua em países como: França, EUA, Portugal e Brasil, devido a inúmeras questões, mas preconizados pelo estigma sofrido por essa população, além da falta de adesão aos atendimentos. 6119

De acordo com Natalino (2020), no Brasil, há uma dificuldade de se ter dados oficiais sobre o número populacional das pessoas em situação de rua, já que não se realiza uma pesquisa oficial para quantificar essa população.

Entretanto, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que realizou um pesquisa entre os anos de 2012 a 2020, o Brasil contava, em 2020, com mais de 220 mil pessoas em situação de rua, um quantitativo muito maior se comparado ao de 2012 que era de 95 mil (IPEA, 2020).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, define esse grupo populacional como heterogêneo que possuem em comum os seguintes fatores: pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados e rompidos, vulnerabilidade social, ausência de moradia fixa, uso de espaços públicos e áreas degradadas para suprir as suas necessidades de sobrevivência (Brasil, 2009).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promove uma extensa rede de equipamentos públicos, tais como: o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), o CENTRO POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), as Unidades de Acolhimento em Abrigo Institucional ou casas de passagem. Ademais, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) existe o Consultório na Rua (CnR), que realiza um atendimento itinerante voltado a atenção integral dessa população (Brasil, 2012; Brasil, 2013).

Conforme previsto na Política Nacional para a População em Situação de Rua, o atendimento para a PSR, é realizado por meio da Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social dos municípios, abarcando uma rede de atendimento voltado para a população em situação de rua, onde atua na realização de políticas públicas em concordância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como também equipamentos através de serviços especializados desenvolvidos para essa demanda, tais como: moradia fixa e temporária, alimentação, roupas, higiene básica, assistência à saúde, acolhimento, reintegração, fornecimento de serviços a saúde mental, centros de referências (Brasil, 2009).

A situação de rua acarreta a perda da identidade do indivíduo, automaticamente já faz referência a invisibilidade e a exclusão social do indivíduo, por meio de uma sociedade, laços familiares frágeis, rede de apoio escassa, desemprego, pobreza extrema, uma vez que uma pessoa se torna o excluído através de uma margem social, logo, taxa-se como um indivíduo indevido, malquisto. A perda de identidade se dá por uma ruptura de pertencimento e vínculos, frequentemente sendo alvos de preconceitos, perversidade, hostilidades e estereotipadas perante a situação em que se encontra, comumente essas percepções constroem barreiras entre PSR e a população em geral, elevando gradualmente o desprezo sofrido (Schoen-Ferreira *et al.*, 2009; Brito e Silva, 2022).

Para compreender as formas que essas experiências de exclusão e preconceito afetam o indivíduo, é pertinente abordar o conceito teórico da psicologia social, denominado sofrimento ético-político, construído pela psicóloga Bader Sawaia. Esse conceito afirma que para além do âmbito emocional, o sofrimento está intrinsecamente influenciado pelo contexto social e político a qual o indivíduo está participando. Esse sofrimento relaciona-se com as injustiças sociais, as desigualdades (políticas, sociais e econômicas) que influenciam negativamente nos direitos de alguns grupos sociais (Miura e Sawaia, 2013).

Compreende-se que o sofrimento ético-político não é uma produção exclusivamente do indivíduo, mas é produzido através do contexto social, político e econômico impactando a vida e as condições de existência do outro. Em suma, o sofrimento ético-político influencia na diminuição da potência de agir (capacidade existir e afirmar a sua existência) do indivíduo. Esse sofrimento incapacita o indivíduo para retirar a sua autonomia, o indivíduo perde a sua capacidade de afirmar no mundo e passa a sentir inútil socialmente, humilhado e com vergonha (Miura e Sawaia, 2013).

Partindo das asserções já expostas, este estudo parte da seguinte pergunta: “De que forma a vivência em situação de rua, marcada por vulnerabilidade e exclusão social, contribui para a produção de sofrimento ético-político?”

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O fenômeno do estar em situação de rua não se configura como algo recente, mas que é observado desde o período de sedentarização humana, quando os indivíduos viviam em uma transitoriedade de moradia, assim como, pode ser observado também na Grécia Antiga. Nesta época, os indivíduos que viviam essa situação não conseguiam se enquadrar dentro da estrutura da sociedade, em razão das condições de vida que apresentavam, sendo, por isso então considerados nômades. Entretanto, foi na Idade Média que começaram a surgir instituições que possuíam caráter filantrópico e assistencialista aos indivíduos que não possuíam uma moradia fixa, a aqueles que estavam em trânsito entre localizações entre outras especificidades atendidas pelas instituições (Cunda e Silva, 2020; Giacomelli, 2020).

O estar em situação de rua é um fenômeno que é percebido ao longo da história. Levando isso, em consideração, a proporção de pessoas que vem fazendo das ruas sua moradia é uma realidade crescente, atualmente, essa condição vincula-se a uma condição social no qual marca-se pela ausência de moradia fixa, para além disso, a constante exposição a vulnerabilidade extrema, causados pelo desemprego, vínculos interpessoais fragilizados, falta de oportunidades, exclusão, perda de identidade social, pessoas essas deixadas à margem da sociedade (Sicari e Zanella, 2018).

Por conseguinte, o fenômeno de estar em situação de rua não pode ser reduzido somente à falta de uma moradia, mas também à inibição de direitos básicos e a desproteção social, há quem diga que o capitalismo tem forte influência sobre a desigualdade social, fazendo jus à

precarização socioeconômica. Segundo Castel (1988 citado por Maciel, 2019), faz uma crítica à exclusão social, dando espaço à “desfiliação social”, expõe que é o processo a qual o indivíduo perde os vínculos com sociedade, para além disso, também representa-se pelo fenômeno de quando um indivíduo perde acesso ao mercado de trabalho e posteriormente ocasionando o enfraquecimento de redes sociais, logo, passam a ocupar espaços de preconceitos ao fracasso, entretanto, o conceito de “desfiliação social” não retrata somente a imersão no âmbito trabalhista, mas indo além, ocasionando constantemente a falta de pertencimento social.

O conceito população em situação de rua evidência uma heterogeneidade, ou seja, um grupo diverso de indivíduos tendo diferenças e a semelhança de viverem às ruas dos centros urbanos e uma pluralidade de causas e fatores que levam aos indivíduos a essa condição. Assim como, também, evoca as singularidades de cada uma na forma como atravessam e são atravessados pelas imposições que esse fenômeno impõe impetuosamente sobre eles; e ressalta sobre o protagonismo de suas trajetórias de vida e as vivências que permeiam a situação de rua. Estar em situação de rua é um processo transitório que marca a relação do indivíduo com as ruas e a busca em (sobre)viver a cada dia (Gramajo *et. al*, 2023).

Uma característica marcante desse fenômeno é a exclusão social, a qual é ocasionada por questões econômicas; assim como pelas diferentes classes sociais, pela falta de acesso aos meios de produção e a dificuldade de se adaptar aos meios de consumo, esses fatores acarretam a uma perda da autoestima (Brunetto, 2022).

Para além disso, a perda de identidade é uma das principais consequências da exclusão social, parte dessa população é visível devido a representação social, ou seja, a forma como a sociedade identifica, observa e define a população em situação de rua é uma visão estigmatizada, preconceituosa, evidenciando identidades com valores extremamente negativos. Sendo assim, uma prática discriminatória que enquadra essa população como pessoas inferiores que devem ser vistas com sentimento de pena. A inferioridade da espaço para práticas de violência física e psicológica contra essa população. Atitudes assim, levam aos indivíduos a criarem crenças enraizadas que não há possibilidades de saírem das ruas e com isso mudarem a sua perspectiva de vida (Brunetto, 2022).

No Brasil, há uma grande dificuldade na obtenção de dados oficiais sobre o quantitativo das pessoas em situação de rua devido aos desafios em se fazer uma pesquisa com a população de rua. Entretanto, a única pesquisa realizada a esse fim foi o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que foi executada entre 2007 e 2008, com a participação de

apenas 71 municípios do país e constatou que a época a população em situação de rua consistia em 31.200 pessoas maiores de 18 anos que se encontravam nessa situação (Sicari e Zanella, 2018).

Em comparação com a estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), feita em 2020, por meio dados do Cadastro Único, constatou que 220 mil indivíduos estavam vivenciando essa situação. Esse quantitativo é exponencialmente maior ao obtido em 2007, logo o fenômeno está em constante expansão na sociedade (IPEA, 2020).

Em suma, mediante ao exposto é notável a crescente realidade da demanda da população em situação de rua, logo, esse fenômeno é extremamente complexo que encontra diversos meandros em sua gênese, além de ser emergente frente a sociedade, contudo é pouco explorado e discutido de um modo geral, assim, evidenciando o exclusão social e invisibilidade dessa população (Rocha e Oliveira, 2020).

## 2.2.O CONCEITO DE SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E A CONDIÇÃO DE RUA

O fenômeno do sofrimento ético-político é a expressão de uma dor que não é produzida e sentida apenas a nível individual, mas também está no âmbito coletivo e social. Isso ocorre porquê esse fenômeno é uma manifestação da dor que é gerada na relação entre o indivíduo e a injustiça social, sendo produzido pelos atravessamentos. Conceitualmente, a psicóloga social, Bader Sawaia, esclarece que para uma compreensão abrangente desse sofrimento implica em reconhecê-lo como uma consequência da exclusão social, um processo complexo e multifacetado, permeando as vulnerabilidades, a ruptura de vínculos socioafetivos nas representações sociais e da cidadania (Maffezoli e Preto, 2019).

6123

O sofrimento ético-político evidencia uma dor profunda no indivíduo que sofre com esse fenômeno, essa dor é ocasionada pelo sentimento de se sentir inferior, subalterno, inútil e sem valor. Isso é uma marca das desigualdades sociais que estão enraizadas na sociedade. Não sendo unicamente uma expressão interna da dor, mas um retrato da forma como a sociedade está tratando esse indivíduo, ou seja, a forma como as condições de opressão são outorgadas para a população em situação de rua (Sawaia, 1999).

Por conseguinte, tal fenômeno, produz uma dor que leva o indivíduo a não ter mais perspectivas de melhora de sua realidade atual, leva a uma falta de esperança em um futuro melhor. Assim, o indivíduo fica incapacitado de afirmar a sua existência tornando-se submisso, aceitando assim tudo o que é imposto a ele, diante das situações que vivencia (Miura e Sawaia, 2013).

Conforme Miura e Sawaia (2013), encontra-se em cada sujeito uma capacidade inata que está relacionada a uma forma de afirmar a sua existência ativamente, permitindo a reflexão e o questionamento frente às situações adversas. Essa capacidade é chamada de potência de agir (*conatus*), sendo uma força que impulsiona o sujeito a se posicionar a sua existência, reafirmando a sua força na sociedade. Assim como, o reconhecimento como sujeito, agir com consciência diante as situações e adversidades, e a busca pelo sentido mesmo quando a motivos para ser negado.

Entretanto, para Sawaia (2009 citado por Bertini, 2014) o sofrimento ético-político influencia no bloqueio dessa capacidade, impedindo que o sujeito afirme a sua existência e se posicione. Essa impotência provocada por esse sofrimento gera sentimentos negativos, como a vergonha, humilhação, desamparo e desesperança. Ocasionalmente na diminuição da potência de agir do sujeito, levando-o a ser passivo e submisso, não agindo.

Paralelamente a isso, o sofrimento ético-político também pode produzir uma transformação no sujeito, quando este tem consciência da diminuição da sua potência de agir. Isso ocorre quando o sujeito percebe que esses sentimentos são provenientes de injustiças sociais e transforma a dor em ação e se afirmando enquanto sujeito (Bertini, 2014).

Levando essas perspectivas em consideração, a rua é um lugar democrático, entretanto esse mesmo espaço promove a exclusão social, a invisibilidade, a humilhação e a vergonha são amplamente sentidos em silêncio pelas pessoas em situação de rua. Isso elucida um sentimento de desvalorização social dessa população, por vezes, ignorado e deixada de lado como se não existissem na sociedade. A rua é o lugar a qual o sofrimento ético-político é produzido de uma forma global, não sendo apenas sentido em um momento, mas vivenciado cotidianamente. Afetando assim, as esperanças de uma melhora da condição em que se encontram levando os indivíduos a não terem mais forças para vislumbrar uma “luz no fim do túnel” (Maffezoli e Preto, 2019).

O sofrimento ético-político é o retrato da perversidade social que ocorre com as pessoas em situação de rua. Dentro desse âmbito, está o conceito de exclusão e inclusão perversa. O conceito da inclusão perversa desconsidera a dignidade e os direitos da população em situação de rua. Compreendendo o indivíduo como submisso, passivo, alienado e estando em condição de miséria. A exclusão/inclusão perversa diz respeito ao ponto em que a sociedade “aparentemente” inclui as pessoas em situação de rua, entretanto é algo apenas aparente, já que ao mesmo tempo exclui o indivíduo. Isso é expresso pelas ações que não garantem a autonomia,

a dignidade e os direitos dessa população, sendo caracterizada por ações que não visam transformar as condições sociais (Miura e Sawaia, 2013).

Diante do exposto, percebe-se que o sofrimento ético-político é um fenômeno que está a nível individual, mas não limita-se apenas a isso e perpassa as suas implicações ao nível coletivo e social. Sendo assim, tal fenômeno é um resultado dos atravessamentos gerados pelas relações estabelecidas e carregadas de desigualdades e injustiças. Isso ocasiona uma dor profunda no indivíduo, deixando-o inerte, passivo e submisso às situações que o acometem (Maffezoli e Preto, 2019).

### 3. MÉTODOS

Este presente estudo foi baseado em uma pesquisa de campo com caráter qualitativo. O público deste estudo refere-se a pessoas em situação de rua com idade mínima de 18 anos e sem limite de idade, que estejam acolhidas em uma instituição, no caso a casa de passagem.

Os critérios de inclusão para a pesquisa referem-se a pessoas que concordarem com a pesquisa em que estejam em condições físicas e emocionais de participarem da pesquisa, para além disso, caracterizam-se por ter idade mínima de 18 anos e não havendo limite de idade, não contendo preferência por sexo, gênero e escolaridade, mas que estejam em uma situação de rua e que estejam acolhidos na instituição independente do tempo que sejam acolhidos. Como critérios de exclusão foram estabelecidos que as pessoas que não atenderem o perfil proposto, não estando em condições físicas e emocionais, como também será excluído as pessoas que não concordarem a participar da pesquisa, as pessoas que não tiverem a idade mínima de 18 anos, assim como as pessoas que não se encontram em situação de rua, não participaram do estudo.

Para a realização da pesquisa, foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), sendo identificado pelo CAAE 90682125.8.0000.0107.

Para a realização do estudo foi entrado em contato com a coordenação da Entidade Filantrópica a Casa de Passagem, o Bom Samaritano de Medianeira (PR) a qual prontamente aceitou a pesquisa com os acolhidos, sendo assim, foi realizado entrevistas semiestruturadas nas dependências da instituição.

Por conseguinte, as entrevistas foram registradas simultaneamente com a realização das discussões por um dos próprios pesquisadores, os dados não foram captados por áudio ou por vídeo para que os participantes não se sentissem constrangidos com essa exposição.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados dessa pesquisa, foi estimado inicialmente uma média de cinco participantes, porém, foram alcançadas duas pessoas que vivem na casa de passagem, ambos os participantes são homens, o participante 1 (P1), tem por volta de 60 anos, é acolhida da instituição a cerca de 3 anos, já o participante 2 (P2), 56 anos, reside na casa de passagem há 4 anos e 6 meses, ambos estiveram em situação de rua, e no momento são acolhidos e assistidos pela equipe técnica da instituição.

As narrativas dos participantes foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, sendo transcritas simultaneamente enquanto eram narradas. Os dados desenvolvidos foram compreendidos por meio da análise temática de Minayo (2012) a qual foram identificados os padrões de temas apresentados pelos participantes nas entrevistas. Sendo assim, identificaram-se duas categorias, sendo elas: 1) *Experiência de vida na rua: sofrimento e desrespeito*; 2) *A rua como forma de expressão dos vínculos fragilizados*. A seguir serão apresentadas as categorias e análise em relação a cada uma delas.

6126

### 4.1. A EXPERIÊNCIA DE VIDA NA RUA: SOFRIMENTO E DESRESPEITO

A rua é um espaço impessoal e marcada pela exclusão, impõe com ímpeto a pessoa em situação de rua experiências de invisibilidade, estigma. Isso provoca uma fragilização na identidade do indivíduo a qual começa a questionar-se de si mesmo, assim como também afetando a forma como enxerga o outro e tendo um sentimento de desesperança em relação a uma melhora em sua situação (Brito e Silva, 2022).

As narrativas expressas pelos participantes evidenciaram esses elementos e a suas experiências de vivência na rua. Partindo desse ponto, quando indagado: “*Como as pessoas viam o senhor na rua?*”, P1 expôs: “*As pessoas me maltratavam, xingavam de tudo que é palavra*”.

A fala é uma evidência na forma como a sociedade visualiza as pessoas em situação de rua e como as tratam como seres subalternos essa percepção está enraizada na sociedade. E assim alimentam uma barreira que divide as pessoas em situação das pessoas ditas como normais, fazendo uma separação extremamente evidente, corroborando com atitudes de desrespeito, agressivas, desprezo e hostilidade pelo simples fato da pessoa estar em condição de rua. Brito e Silva (2022) corroboram com essa ideia ao reforçarem que a vivência dessa população é

permeada por dificuldades, preconceitos, discriminação, tais elementos acentuam essa separação e agravam ainda mais esse quadro experienciado pelos indivíduos em condição de rua.

A invisibilidade, expressa no relato de P2 “*As pessoas me olhavam na rua, e já iam andando*”, isso evidência o fenômeno que não está restrito apenas em não enxergar o outro, mas a não reconhecer o indivíduo enquanto sujeito, corroborando com um silenciamento de sua história de vida. Assim como, um apagamento de sua subjetividade afetando as percepções que o indivíduo apresenta do mundo. Isso faz com que a pessoa nessa situação seja apenas uma composição de uma paisagem que não é vista, configurando uma desumanização do indivíduo enquanto sujeito na sociedade, porém podado de seus direitos e sem uma voz ativa (Almeida *et. al*, 2025).

Por conseguinte, a invisibilidade é um fenômeno psicossocial que pode ser caracterizado como um sentimento de desaparecimento frente aos outros, com uma sensação de não ser igual aos demais sendo extremamente diferente das pessoas. Acarretando o desconforto, a angústia, e o sofrimento, por não serem vistos e influenciando toda a vida do indivíduo. A invisibilidade não afeta apenas o fato de não ser visto, mas afeta a necessidade humana de pertencer a um grupo, a sensação de ser visto e lembrado (Stein *et. al*, 2023)

6127

Para Sawaia (2014, p. 103 citado por Stein *et. al*, 2023), a invisibilidade entra na seara de ser um desejo consciente, ou seja, uma necessidade que o indivíduo percebe e reflete que está vinculado ao âmbito psicológico e físico. Afetando assim o indivíduo como um todo. Sendo que o indivíduo apresenta um desejo/necessidade de ser reconhecido e pertencente a algo.

Em conjunto a este fenômeno, apresenta-se a exclusão, o preconceito, o estigma que juntos fazem um movimento de expulsão do indivíduo da sociedade, não permitindo-o a ter um convívio social e dificultando-o ao acesso a seus direitos básicos e fundamentais, como: saúde, educação, trabalho, moradia e alimentação (Gontijo *et. al*, 2024).

Quando perguntado sobre o sentimento que os olhares das pessoas provocavam a eles, P2 expõem: “*Eu sentia um mal estar*”. É possível relacionar a fala ao sentimento de não pertencimento, a vergonha, humilhação social e culpa frente a sua situação. Para Sawaia (1999) todos esses sentimentos são expressões que resultam do sofrimento ético-político, essa dor profunda que incapacita, impossibilita o indivíduo a agir, deixando permissivo e submisso, assim como as categorias elencadas. Isso situa-se no fato de que a sociedade apresenta uma certa “inclusão”, porém é uma falsa inclusão para que o indivíduo siga sendo um subalterno, ou seja,

um submisso frente às decisões da sociedade. Sendo um reflexo de algo além do pessoal, é estrutural está enquadrada na cultura da sociedade que é sustentada por esses sentimentos que são visíveis nessa fala do participante (Stein *et. al*, 2023).

Ao que refere a forma como eram tratados e se foram desrespeitados pelas pessoas enquanto a condição de rua, P2 relata: “*Tinha cachorradas*”. Isso retrata o desrespeito sofrido pelas pessoas em situação de rua devido ao caráter depreciativo que foi atribuído pela sociedade a esses indivíduos, o que alimenta as práticas discriminatórias, opressoras, e que causam estigma, negando assim as potencialidades e a subjetividade, ou seja, negando o sujeito como um todo em suas diferentes formas de impor a sua existência a sociedade. Essa negação faz com que o indivíduo perca a esperança de uma mudança de vida e aceite tudo o que acontece com ele, sendo permissivo, isso é um reflexo do sofrimento ético-político (Sicari e Zanella, 2018).

Diante desse contexto, é perceptível, por meio das falas dos participantes, como as vivências das pessoas em situação de rua são marcadas pela invisibilidade, preconceito, estigma e a exclusão, afetando profundamente a forma com essa população encara as situações que vivenciam. E também, a forma como são tratados pela sociedade, isso corrobora com uma visualização negativa de si própria e uma incapacitação de possibilidades de melhora.

#### 4.2.A RUA COMO FORMA DE EXPRESSÃO DOS VÍNCULOS FRAGILIZADOS

6128

Segundo o autor Ávila (2015) quando faz menção a citação do teórico Nathan W. Ackerman (citado por Anderson, 1980, p. 37) expõe que, “A família é um modelo universal para o viver. Ela é a unidade de crescimento, de experiência; de sucesso e fracasso; ela é também a unidade da saúde e da doença.” Logo, o berço familiar onde a criança nasce, se desenvolve e posteriormente se constrói como adulto, condiz muito com o modo de vida que o sujeito leva e como se vê no mundo. Em uma perspectiva geral, a família se apresenta de forma acolhedora, expressando-se como um ponto seguro dos membros pertencentes, sendo considerado como o primeiro espaço de rede de apoio tanto emocional, quanto material.

Por outro lado, essa representação familiar não se estende de forma universal, para algumas pessoas a família passa a ser parâmetro para a reprodução de dor e sofrimento, e a simbolização de um ambiente familiar seguro e acolhedor, não passa de uma visualização distante, tornando-se um espaço hostil e conflituoso, permeando a inexistência da proteção, consequentemente produzindo vínculos familiares fragilizados e até mesmo os rompendo (Maffezoli e Pretto, 2019).

Por conseguinte, por meio da fala dos dois acolhidos e entrevistados emerge a ideia de fato de um processo de desvalorização, quando indagados por um dos pesquisadores com a seguinte pergunta: - *“Poderiam me contar um pouco sobre como eram suas dinâmicas familiares antes de se encontrarem em situação de rua?”* e então o P1 respondeu, - *“A o que eu posso falar, né?”*, e então o pesquisador continuou, - *“O senhor pode me falar o que se sentir confortável em falar, estou aqui para lhe ouvir”*, e então o P1 prosseguiu, - *“Minha família, não gostava muito de mim, estavam sempre me criticando e xingando nada do que eu fazia estava bom, então eu peguei e fui morar na rua.”* Posteriormente o P2 compartilhou, - *“Não tenho contato com minha família, tenho uma irmã e uma sobrinha mais nunca vieram me visitar, sinto saudades um dia gostaria de ir visitá-las, quem sabe elas me recebam.”* Através dos relatos dos entrevistados, nota-se intrinsecamente composições familiares fragilizadas e para além disso o processo de desvalorização do sujeito, que nesse contexto se desenvolve por meio da diminuição do valor percebido pelo sujeito, negligência familiar, bem como, agressões físicas.

Uma vez que os laços familiares são fragilizados ou até mesmo rompidos e para além disso, obtém um cenário de negligência, o indivíduo tende a experimentar sentimentos de desamparo e insegurança, corroborando para uma extrema vulnerabilidade, logo, perdendo o sentido de pertencimento dentro do próprio lar, ambiente esse que deveria ser acolhedor e de apoio emocional. Os autores Maffezoli e Pretto (2019) salientam que uma convivência familiar marcada pela produção de desvalorização do sujeito, pode contribuir como ponto de partida para que o mesmo encontre na rua um escape, a rua passa a ser vista como um lugar que potencializa pertencimento e solidariedade pois é geradora de ressignificações de laços afetivos, sendo construído relações familiares com outras pessoas que se encontram na mesma situação, posteriormente refutando o estereótipo de inexistência total de vínculos.

Partindo da teoria da Bader Sawaia (2009 citado por Bertini, 2014), o potencial de ação é a capacidade do ser humano de resistir às diversidades da vida sejam elas positivas e negativas, correlacionando com presente estudo observa-se que a ruptura de laços afetivos e a negligência familiar, reduzem a potencialidade dos participantes, pois a falta desse apoio familiar que é essencial, impacta o sujeito de forma negativa propiciando uma incapacidade de questionar sua própria realidade. É importante, mencionar que associado, a fragilidade dos laços familiares há uma fragilização dos laços comunitários, resultante da desvinculação das instituições sociais, o que é refletido no enfraquecimento dos laços sociais como um todo.

Em síntese, evidencia-se que a família exerce um papel fundamental no desenvolvimento do sujeito seja no contexto identitário e emocional, assim sendo o primeiro espaço de construção de vínculos afetivos e rede de apoio. Entretanto, os relatos dos acolhidos entrevistados para esse estudo, expõe como a negligência e a fragilização das relações familiares podem direcionar o sujeito a situação de rua, logo, quando a composição familiar deixa de exercer o papel de proteção e acolhimento, abre espaço para a formação de ambiente causador de dor e rejeição, comprometendo a formação subjetiva e social dos seus membros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sawaia (1999, p. 56) afirma que “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica (...) Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. A afirmação da autora expõe a necessidade da compreensão salientada pelo sofrimento ético-político, não sendo uma dor restrita apenas no âmbito individual, mas intrinsecamente relacionada ao coletivo e ao social, embarcando a todos e não culpabilizando apenas de forma individualista, jogando a responsabilidade para a pessoa que se encontra na situação de rua.

Diante desse cenário, é de suma importância considerar que as pessoas em situação de rua são invisíveis a sociedade, logo para uma melhora dessa problemática deve-se partir ao reconhecimento disso e tornar visível a subjetividade e as histórias dessas pessoas, dado que, como afirma a filósofa brasileira Djamilia Ribeiro (2017, p.15), “O primeiro passo a ser dado para solucionar um problema é tirando-o da invisibilidade”. Urge, a necessidade de colocá-los em destaque dando luz a essa chaga social, dando espaço de fala, pertencimento e reconhecimento a essa população esquecida.

Ao passo que o estar em situação de rua é um dos fatos que mais expressam a desigualdade social, originando-se de um processo sócio histórico emergido por estigmas que marginalizam essa população por simplesmente estarem na condição em que se encontram, logo, surgem os questionamentos, essas pessoas deixam de ser pessoas por estarem em situação de rua? Estão nessa situação porque optaram em estar? A questão é, vários são os fatores que levam o sujeito a vivenciar essa condição de vida, assim como exposto no presente estudo, para além disso leva-se em consideração que essas pessoas estão nessa situação mas não são a situação na qual se encontram inseridas.

Para tanto, é de suma importância para a compreensão geral, que ao estar em situação de rua não deixam de serem humanos, pois são sujeitos de direitos subsidiadas pelas políticas públicas, como a rede de proteção estabelecida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ambos reafirmam direitos fundamentais e básicos, sendo inerentes a todas as pessoas. Contudo, o presente estudo, possui como objetivo de dar voz a quem é silenciado pela sociedade, estando impossibilitados de estarem em um lugar e posição de fala, não sendo reconhecidos como sujeitos. Permeados pela desvalorização e desamparo social que influenciam profundamente a vivência dessa população, seja na forma como se veem e na forma como são vistas. A sociedade os categoriza como uma minoria, sendo colocados numa posição social de inferioridade e subalternidade, por não estarem no padrão esperado da sociedade, acabando por serem estigmatizados como uma escória (Sicari e Zanella, 2018)..

Desse modo, o ponto central desse estudo, é trazer uma possibilidade de conscientização tanto a nível individual quanto a nível coletivo, para que tal problemática não seja apenas um estudo acadêmico, mas que cause efeito prático e que a sociedade possa reconhecer o fenômeno como realmente é, não como um senso comum e sendo conivente com o desigualdade social. Sendo assim, como sugere Sawaia (2021) por meio do conceito práxis transformadora, a mudança começa no agora, com uma ação humanizada e consciente de forma ética e crítica, focalizada para condições sociais injustas, para além da teoria e passando para o agir.

6131

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. da S.; MACHADO, A. M. S. G.; SOUSA, M. D. C. de; SILVA, M. S. e. A invisibilidade social da população em situação de rua em Manaus: entre o estigma e a resistência. REVISTA DELOS, [S. l.], v. 18, n. 71, p. e6541, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n71-046.

AVILA, Lazslo Antonio. A desorganização dos vínculos familiares contemporâneos e as intervenções institucionais possíveis. Vínculo, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 09-19, dez. 2015.

BERTINI, F. M. A.. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. spe2, p. 60-69, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009a. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CONSOLIDAÇÃO SUAS, 2013. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2013.

BRITO, C.; SILVA, L. N. DA .. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 151–160, jan. 2022.

BRUNETTO, P. Prática Terapêutica com Pessoas em Situação de Rua. *Revista Espaço Livre*, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 101–113, 2022.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N.. ME CHAMAM RUA, POPULAÇÃO, UMA SITUAÇÃO: OS NOMES DA RUA E AS POLÍTICAS DA CIDADE. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, p. e223876, 2020.

FILHO, Carlos Eduardo Esmeraldo; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. *Psicol. pesq.* vol.15 no.3 Juiz de Fora dez. 2021.

GIACOMELLI, Eliane Terezinha. Moradores em Situação de Rua: uma etnografia urbana da cidade de Cascavel/PR. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR.

GONTIJO, Lucas Alves; SILVA, Bruna Moreira da; VIEGAS, Selma Maria da Fonseca. Exclusão, preconceito e invisibilidade de pessoas em situação de rua refutando o direito à saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 28, e230554, 2024.

GRAMAJO, C. S. et al.. (Sobre)viver na Rua: Narrativas das Pessoas em Situação de Rua sobre a Rede de Apoio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. e243764, 2023.

6132

KLAUMANN, A. da R. Moradores de Rua-Um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: a realidade do Centro Pop de Rio do Sul/SC. 2018.

MACIEL, Fabrício. Exclusão ou desfiliação social? Robert Castel e uma sociologia política para a periferia do capitalismo. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Campos dos Goytacazes, v. 12, n. 1, p.94-108, jan./jun. 2019.

MAFFEZOLI, João Gabriel de Andrade; PRETTO, Zuleica. A rua e a afetividade. 2019. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

MINAYO, M. C. DE S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B.. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 331–341, 2013.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) [Nota Técnica]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2020, 20 p.

Nota Técnica. Estimativa da população de Rua no Brasil no período de setembro de 2012 a março de 2020. IPEA: 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Editora Letramento; Justificando, 2017.

ROCHA, Felipe Coura; OLIVEIRA, Pedro Renan Santos de. Psicologia na rua: delineando novas identidades a partir do trabalho com a população em situação de rua. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 15, n. 1, p. 1-18, mar. 2020

SAWAIA, Bader Burihan (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. F. de M.. (2009). Desenvolvimento da identidade em adolescentes estudantes do ensino médio. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 22(3), 326–333. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000300002>

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V.. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 4, p. 662–679, out. 2018.

STEIN, Julia; ARAÚJO, Isabela Dias M. de; DOMINGUES, Adriana Rodrigues. Expressões do sofrimento ético-político da população em situação de rua no bairro da Luz. In: *Psicologia: foco nas práticas em saúde mental 2*. [S.l.: s.n.], 2023. p. 186-195.